



LUCIA RABELLO DE CASTRO

Organizadora



INFÂNCIAS DO SUL GLOBAL

Experiências, pesquisa e teoria
desde a Argentina e o Brasil



Será possível olhar a experiência de crianças indígenas, trabalhadoras, filhas de presidiárias, moradoras de favelas, alunas de uma escola pública ou participantes de uma ocupação e ver mais do que aquilo que lhes falta? Haveria lentes capazes de enxergar suas vivências como produtoras de infância, em vez de fatores que a limitam? A leitura de *Infâncias do Sul Global: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil* indica que sim. O livro é um empreendimento teórico robusto de 25 pesquisadoras e pesquisadores dos dois países. Seu teor não consiste de uma oposição entre as teorias da infância produzidas no Norte Global e no Sul, e sim objetiva vencer justamente dicotomias historicamente estabelecidas entre centro e periferia, entre metrópole e colônia. Não se trata, ainda, de prescindir de conceitos e teorias sedimentados nos estudos das infâncias oriundos do Norte. O que se vê é um exercício profícuo de tensioná-los, esticá-los e pressioná-los, desafiando, assim, não só os saberes vigentes, mas o modo como são produzidos. O livro, desse modo, torna relevantes outras agendas de pesquisa, na medida em que não restringe as experiências diversas de crianças argentinas e brasileiras a constatações empíricas de teorias consolidadas. De outro modo, assume tais contribuições singulares como potência criadora de saberes novos e urgentes para esse campo de investigação.

Renata Tomaz

Doutora em Comunicação e Cultura,
Pesquisadora no Programa de Pós-graduação
em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal
Fluminense (UFF)

INFÂNCIAS DO SUL GLOBAL

**EXPERIÊNCIAS, PESQUISA E
TEORIA DESDE A ARGENTINA E O BRASIL**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Maria do Carmo Soares Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo



LUCIA RABELLO DE CASTRO

Organizadora

INFÂNCIAS DO SUL GLOBAL

**EXPERIÊNCIAS, PESQUISA E
TEORIA DESDE A ARGENTINA E O BRASIL**

Salvador
Edufba
2021

2021, autores.
Direitos desta edição cedidos à Edufba.
Feito o Depósito Legal

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
em vigor no Brasil desde 2009.

Coordenação editorial
Susane Santos Barros

Capa e projeto gráfico
Rodrigo Oyarzábal Schlabit

Coordenação gráfica
Edson Nascimento Sales

Foto de capa
pxhere.com

Coordenação de produção
Gabriela Nascimento

Revisão
Alana Oliveira da Silva

Normalização
Quezia Rodrigues de Oliveira

Sistema de Bibliotecas – SIBI/UFBA

Infâncias do sul global: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil /
Lucia Rabello de Castro, organizadora. – Salvador : EDUFBA, 2021.
547 p.

Contém biografia
ISBN: 978-65-5630-237-9

1. Infância e juventude – Brasil. 2. Infância e juventude – Argentina. 3. Assistência
a menores. 4. Educação e Globalização. 5. Exclusão social. I. Castro, Lucia Rabello.

CDD – 360

Elaborada por Jamilli Quaresma / CRB-5: BA-001608/O

Editora afiliada à



Editora da UFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n – *Campus* de Ondina
40170-115 – Salvador, Bahia. Tel.: +55 71 3283-6164
www.edufba.ufba.br / edufba@ufba.br

AGRADECIMENTOS

À FAPERJ, Fundação Carlos Chagas de Apoio à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro, que viabilizou recursos para a publicação deste livro.

À EDUFBA, e sobretudo à sua Diretora Flavia Goulart Roza, pela confiança e aposta nesta publicação em um momento tão difícil para a pesquisa, a educação e a Universidade pública.

SUMÁRIO

- 13 **PREFÁCIO**
SHARMLA RAMA
- 17 **FOREWORD**
SHARMLA RAMA
- 21 **APRESENTAÇÃO**
ANDREA SZULC, CONCEIÇÃO FIRMINA SEIXAS SILVA, EUGENIA RAUSKY,
FLAVIA FERREIRA PIRES, FLORENCIA PAZ LANDEIRA, JULIANA SIQUEIRA
DE LARA, LUCIA RABELLO DE CASTRO, VALERIA LLOBET
- PARTE I
- POR UMA PRODUÇÃO CONCEITUAL
DA INFÂNCIA DESDE O SUL GLOBAL
- 41 **OS UNIVERSALISMOS NO ESTUDO DA INFÂNCIA: A CRIANÇA
EM DESENVOLVIMENTO E A CRIANÇA GLOBAL**
LUCIA RABELLO DE CASTRO
- 61 **TEORIZAR SOBRE A INFÂNCIA DESDE UMA PERSPECTIVA
DESCOLONIAL**
LUCIA RABELLO DE CASTRO
- 79 **MÁS ALLÁ DE LA AGENCIA Y LAS CULTURAS INFANTILES:
REFLEXIONES TEÓRICAS A PARTIR DE UNA INVESTIGACIÓN
ANTROPOLÓGICA CON NIÑOS Y NIÑAS MAPUCHE EN Y A
PARTIR DEL SUR**
ANDREA SZULC

PARTE II

**AS CRIANÇAS NAS E DAS FAVELAS: BRINCADEIRAS,
PARTICIPAÇÃO, RESPONSABILIDADE E LOCALIDADE**

95 **DUELO, AFRONTA, RESISTÊNCIA E AMIZADES NAS BATALHAS
DE RIMA DE CRIANÇAS DA FAVELA DA MARÉ NO RIO DE
JANEIRO**

ADELAIDE REZENDE DE SOUZA
LUCIA RABELLO DE CASTRO

109 **“FAZER PARTE DE TUDO E TRANSFORMAR O MUNDO”: O
QUE FALAM AS CRIANÇAS DA FAVELA SANTA MARTA SOBRE
SUA PARTICIPAÇÃO E RELAÇÃO COM OS ADULTOS**

BEATRIZ CORSINO PÉREZ
CONCEIÇÃO FIRMINA SEIXAS SILVA

131 **“EU CUIDO DELA COMO SE ELA TIVESSE SAÍDO DE DENTRO
MIM”: A RESPONSABILIDADE PELO OUTRO NO COTIDIANO
DE CRIANÇAS MORADORAS DE UMA FAVELA DO RIO DE
JANEIRO**

JULIANA SIQUEIRA DE LARA

149 **A RUA COMO CAMINHO: RELIGAÇÕES NO CAMPO DA
INFÂNCIA**

PAULA UGLIONE

PARTE III

INFÂNCIAS EM CONTEXTOS DE DISPUTA:
QUANDO A LUTA TAMBÉM É DAS CRIANÇAS

- 173 **“QUEREMOS NUESTRO ESPACIO”:** HACIA UN ANÁLISIS NO
BINARIO DE LA ACCIÓN POLÍTICA INFANTIL EN UNA CASA
TOMADA DE BUENOS AIRES
PAULA NURIT SHABEL
- 195 **LUCHAS EN TENSIÓN:** UNA MIRADA AVA-GUARANÍ SOBRE
EL PROBLEMA DE LA DESNUTRICIÓN INFANTIL EN LA
PROVINCIA DE SALTA
PÍA LEAVY
- 219 **CRIANÇAS E JOVENS QUILOMBOLAS:** A PARTICIPAÇÃO NA
FAMÍLIA, NA IGREJA E NA VIDA COMUNITÁRIA
BEATRIZ CORSINO PÉREZ
ESTEFANI PEIXINHO DE SOUZA
- 241 **A INFÂNCIA EM CONTEXTOS DE LUTA E COLETIVIZAÇÃO NO
BRASIL:** A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS SEM TERRINHA NO
MST
LIS ALBUQUERQUE MELO
LUCIA RABELLO DE CASTRO
- 269 **“NOSOTROS SOMOS DE LA CLASE DE LOS TOBAS”:**
PROCESOS DE APROPIACIÓN E IDENTIFICACIÓN EN LAS
EXPERIENCIAS INTERCULTURALES DE VIDA DENIÑOS, NIÑAS
Y JÓVENES DE UN BARRIO TOBA/QOM DE BUENOS AIRES
MARIANA GARCÍA PALACIOS

PARTE IV

**CRIANÇAS E JOVENS FACE À PRECARIIDADE SOCIAL
E ÀS DESIGUALDADES RACIAIS**

295 **EXERCÍCIOS DE LOCALIZAÇÃO: SOBRE MAFALDA E MINOSSE
OU O QUE PODEMOS APRENDER QUANDO FINCAMOS PÉS E
CABELOS NO CHÃO**

JAILEILA DE ARAÚJO MENEZES
KEISE BARBOSA DA SILVA

317 **TRANSITAMOS DA ESCOLA AO TRABALHO? CONSIDERAÇÕES
SOBRE O TRABALHO INFANTO-JUVENIL NO SUL GLOBAL**

FELIPE SALVADOR GRISOLIA

339 **OPORTUNIDADES DE VIDA E MOBILIDADES DE JOVENS
DO SUL GLOBAL: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A NOÇÃO DE
PROJETO DE VIDA**

SABRINA DAL ONGARO SAVEGNAGO

363 **CASTIGAR A MÃE É CASTIGAR A CRIANÇA: ETNOGRAFANDO
UM PRESÍDIO FEMININO NO DIA DE VISITA**

NÚBIA GUEDES DE BARROS FERREIRA
FLÁVIA FERREIRA PIRES

PARTE V

**POLÍTICAS SOCIAIS DA INFÂNCIA SOB ANÁLISE:
CUIDADO, PROTEÇÃO, TRABALHO INFANTIL E MALTRATO**

- 389 **ENTRE LA OFICINA ESTATAL, EL BARRIO Y LAS CASAS:
FRONTERAS INESTABLES Y SENTIDOS EN TENSIÓN EN
TORNO A LA “BUENA CRIANZA” EN UNA POLÍTICA DE
PRIMERA INFANCIA**
FLORENCIA PAZ LANDEIRA
- 415 **PENSAR EL TRABAJO INFANTIL DESDE EL SUR: CLAVES
ANALÍTICAS PARA SU ABORDAJE**
MARÍA EUGENIA RAUSKY
- 433 **LAS REGULACIONES DEL CUIDADO Y LOS DERECHOS DE
NIÑOS Y NIÑAS: UN DEBATE SITUADO**
VALERIA LLOBET
- 461 **A PROTEÇÃO DA INFÂNCIA É UM VALOR PARA OS ADULTOS?
PROBLEMATIZANDO A POLÍTICA INTERNACIONAL DE
PROTEÇÃO EM CONTEXTOS URBANOS NO BRASIL**
SUZANA SANTOS LIBARDI
- 481 **EL “MALTRATO INFANTIL” EN PERSPECTIVA: REFLEXIONES
SOBRE LA TEMATIZACIÓN Y TRATAMIENTO DE LAS
VIOLENCIAS HACIA LOS NIÑOS, NIÑAS Y ADOLESCENTES EN
LA ARGENTINA**
JULIETA GRINBERG

PARTE VI

RELAÇÕES INTERGERACIONAIS: IMPASSES E CRIAÇÕES
NO CONVÍVIO ENTRE GERAÇÕES

- 505 **“NÃO DÁ PARA LEVAR VOCÊS A SÉRIO!”: (IM)POSSIBILIDADES
DA TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL NA ESCOLA
BRASILEIRA HOJE**
PAULA PIMENTEL TUMOLO
- 523 **A BRINCADEIRA “FORA DE HORA” COMO AÇÃO CRIATIVA E
SEUS IMPASSES EM ESCOLAS DO RIO DE JANEIRO**
ISA KAPLAN VIEIRA
- 541 **MINIBIOGRAFIAS DOS AUTORES**

MÁS ALLÁ DE LA AGENCIA Y LAS CULTURAS INFANTILES

REFLEXIONES TEÓRICAS A PARTIR DE UNA INVESTIGACIÓN ANTROPOLÓGICA CON NIÑOS Y NIÑAS MAPUCHE EN Y A PARTIR DEL SUR¹

ANDREA SZULC

INTRODUCCIÓN

A pesar del lugar central que ocupan los niños y niñas en las tramas de relaciones sociales, lo cierto es que sus experiencias y perspectivas sobre ellas durante mucho tiempo no han recibido casi atención; del mismo modo en que en general su lugar en las etnografías – con notables excepciones – ha sido el de mero objeto. Tal como sugieren Nancy Scheper-Hughes y Carolyn Sargent (1998, p. 14, nuestra traducción), en los textos etnográficos clásicos, los niños(as) solían aparecer del mismo modo en que hace su aparición el ganado en el clásico de Edward Evans-Pritchard, *Los Nuer*; como condición esencial de la vida cotidiana “pero mudos e incapaces de enseñarnos algo significativo acerca de la sociedad y la cultura”.

En las últimas décadas, sin embargo, es innegable el avance hacia la reconceptualización de los niños y niñas como sujetos sociales que – aunque condicionados como todos por las relaciones asimétricas en que viven – despliegan estrategias e interpretaciones diversas en y sobre el entorno social. En este sentido, numerosos científicos y científicas han señalado la necesidad de incorporar en la pesquisa a los niños y niñas como agentes sociales y productores de cultura, capaces de aportar saberes y prácticas a veces omitidos por los adultos(as), para la comprensión de la diversa y compleja realidad sociocultural.

1 Este capítulo es una reelaboración extendida del artículo: Szulc, A. Más allá de la agencia y las culturas infantiles. Reflexiones a partir de una investigación etnográfica con niños y niñas mapuche. *Runa. Archivo para las ciencias*, Buenos Aires, v. 40, n. 1, p. 53-64, 2019. Disponible en: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/runa/article/view/5360/5680>.

Esta reformulación ha dado lugar, especialmente entre investigadores(as) del Norte global, a trabajos en que se enfatiza la capacidad de agencia social de niños y niñas al igual que su capacidad de producción de “culturas” propias.² Sin embargo, siguiendo el análisis de Lucia Rabello de Castro desde una perspectiva decolonial, la división entre el Norte global y el Sur global impacta en la definición de las cuestiones consideradas relevantes, y en los interrogantes considerados de interés, en la producción de conocimientos sobre las infancias. (RABELLO DE CASTRO, 2019) No se trata meramente de una división geográfica, sino que es resultado de una división imperial estructural perdurable que ha separado e interconectado estas regiones así legitimadas como asimétricas. (RABELLO DE CASTRO, 2019)

En ese sentido, en y desde el Sur global, planteo aquí que a partir de mi propia investigación con la niñez mapuche acuerdo en conceder relevancia a la agencia social de niños y niñas y a su capacidad de producción cultural. Sin embargo, advierto frecuentemente en estas formulaciones usos problemáticos de las nociones de agencia y cultura, que entonces a continuación procuraré problematizar, para a partir de allí proponer un abordaje situado de la agencia y la producción cultural infantil, en el marco de las relaciones de poder intergeneracionales, interétnicas, de clase y género. No es mi cometido hacer una revisión en detalle de aquellos trabajos que apelan a estos conceptos, sino analizar situadamente sus alcances y limitaciones a la luz de la investigación etnográfica en el caso de los niños y niñas mapuche con quienes vengo trabajando desde el año 2001.

MÁS ALLÁ Y MÁS ACÁ DE LA AGENCIA SOCIAL INFANTIL

En mi investigación con comunidades y organizaciones mapuche en la provincia del Neuquén, que vengo desarrollando desde el año 2001, el concepto de agencia social infantil ha sido indudablemente fructífero, en tanto me ha permitido dar cuenta y analizar los numerosos ejemplos cotidianos de la capacidad de los niños y niñas para la acción social. Si bien a lo largo de estos años de investigación vengo registrando algunas modificaciones en los modos de experimentar la niñez en contextos rurales y urbanos, resultan notables algunas continuidades que iré presentado en este texto, pues pueden echar luz sobre los conceptos que aquí me propongo discutir.

En ese sentido, en los diversos contextos he registrado innumerables situaciones que evidencian cómo, en la vida cotidiana, a los niños y niñas mapuche se les atribuyen ciertas capacidades, habilidades y responsabilidades, a la vez que sus iniciativas y su comportamiento

2 Si bien hace tiempo vengo analizando los puntos ciegos de estos conceptos (SZULC, 2004, SZULC y otros, 2012), en esta oportunidad quiero desarrollar con mayor profundidad mi argumentación.

autónomo son incentivados, como pequeños hombres – *pici wenxu* – y pequeñas mujeres – *pici zomo*. (SZULC, 2007)

Tanto en contextos rurales como urbanos, los niños y niñas se mueven con autonomía en el espacio doméstico, que traspasa el hogar en sí e incluye amplios espacios circundantes. A la edad de un año y medio, generalmente circulan por sí mismos, sin supervisión adulta directa ni permanente. Se les permite manipular prácticamente todos los objetos, incluso algunos que familias de clase media urbana considerarían “peligrosos” o “frágiles”. Para la edad de cuatro años, los niños y niñas realizan tareas cotidianas y comienzan a “hacer mandados”, colaborando con la subsistencia de sus grupos domésticos. Los niños y niñas en edad escolar intervienen en la decisión de a qué escuela concurrir, si prometer lealtad a la bandera argentina o no, o simplemente si asistir o no a la escuela en el día a día; y sus decisiones suelen ser respetadas por las familias.

Esto puede observarse, por ejemplo, en lo que ocurre con la asistencia de estos niños y niñas a las escuelas con modalidad de internado de la congregación salesiana. (SZULC, 2011) El ingreso y la permanencia en el internado, que a primera vista aparece como determinado únicamente por los padres y madres, son también en cierta medida objeto de maniobras por parte de los niños y niñas. Mientras algunos persuaden a sus padres de que les permitan trasladarse allí, otros – valiéndose de una salida por períodos de vacaciones – se “escapan”, como el caso de una niña de 13 años residente en una comunidad rural del centro de la provincia del Neuquén quien, en lugar de retornar a la comunidad, permaneció oculta en casa de su hermana mayor en la ciudad alegando encontrarse enferma, hasta que unas semanas más tarde su madre la encontró allí al ir a hacer compras. Habiendo prácticamente perdido la condición de alumna regular por la acumulación de inasistencias, la niña logró no retornar al internado. Al regresar junto con su madre a la comunidad rural, consumada ya la “deserción”, obtuvo el aval de su padre, quien le dijo: “*Che, vos sos igual que los chivitos, los dejás un ratito y ya se vienen*”. (Néstor, padre comunidad mapuche rural, 17 jan. 2002)

Incluso en cuestiones de suma importancia que involucran también a niños y niñas, como la realización de las ceremonias mapuche, he registrado varios casos de niños que por diversos motivos se negaron a bailar *coike purun*, o a asumir el cargo ritual de *kalfv wenxu*,³ y los adultos respetaron su negativa: “*Les dije que no quiero salir a bailar coike porque el año pasado estaba muy caliente la tierra y me ampollé los pies. No me dijeron nada y este año igual echaron más agua*”. (Newen, 12 años, 10 fev. 2019) En el mismo sentido, he registrado casos de niños y niñas que han tenido la iniciativa de participar y lograron persuadir a sus

3 Para un análisis de las experiencias de niños y niñas mapuche en el marco de rituales de iniciación dirigidos a ellos(as) puede consultarse Szulc (2018).

familiares, como, por ejemplo, Fermín de 10 años de edad, quien en febrero del año 2019 – a pesar de los temores que en principio tenían sus padres – logró que le permitieran *aukear* –“donde corren los caballos alrededor del rewe” – en el *gejipun* de su comunidad.

En este sentido, también en una investigación realizada con familias mapuche en Chile se describió cómo padres y madres incentivan tempranamente la autonomía e iniciativa de los niños y niñas, de acuerdo con la concepción mapuche acerca de la “persona”, que enfatiza la libertad personal para decidir y actuar. (MURRAY et al., 2015) Como diversos autores han planteado, para los mapuche la autonomía personal resulta fundamental. (COURSE, 2007, p. 81) Sin embargo, considero que tal autonomía no debe entenderse como absoluta ni como individual, pues se articula con un profundo sentido de la responsabilidad por su familia y comunidad, que se adquiere también a edad temprana.

Por lo tanto, planteo aquí que las experiencias y la conceptualización mapuche de la niñez revelan que el concepto de agencia infantil entraña un riesgo: sobreestimar la capacidad de acción social de los niños y niñas. Esto se debe a que el concepto de agencia usualmente se vincula con el concepto de individuo de la modernidad occidental, concepto que amerita reconsideración, como ha planteado Lucia Rabello de Castro (2001), reflexión a la que mi investigación junto al pueblo mapuche puede contribuir.⁴ La relevancia de la autonomía personal para los mapuche entonces no debe confundirse con tal concepto occidental de individuo, pues es parte de una conceptualización en la que el *che*, para tornarse una persona completa debe trascender sus vínculos filiales iniciales e “ingresar progresivamente en relaciones sociales más distantes”. (COURSE, 2007, p. 82)

Así, en primer lugar, por un lado, la agencia social de los niños y niñas mapuche es incentivada por sus propias familias, de acuerdo con su concepción sociocultural de la niñez y de la persona. Por otro lado, esta autonomía, atribuida a niños y niñas pequeños, se vincula con la existencia de extensas redes de cuidado, de las que participan diversos adultos(as) y niños y niñas mayores, tramas de cuidado que son entonces las que les permiten a los pequeños(as) desenvolverse cotidianamente con cierta “libertad”.

En segundo lugar, la concepción mapuche sobre la niñez no es un bloque definitivo ni coherente. Por un lado, reconoce la capacidad de los niños y niñas de asumir responsabilidades y tomar decisiones. Mientras que, por el otro lado, en tanto el *pvjv* (principio vital) de los niños y niñas se considera que no está del todo adherido a ellos, se les atribuye cierta fragilidad espiritual, lo cual los hace objeto de cuidados específicos.⁵ Entonces, si

4 De acuerdo con la revisión desarrollada por Gustavo Verdessio (2018, p. 98), la perspectiva decolonial se funda teóricamente en que “no puede concebirse la modernidad y sus narrativas de emancipación sin tener en cuenta que ellas fueron posibles gracias a que el sistema colonial estaba sentando las bases para la aparición del capitalismo”.

5 Para un análisis específico sobre esta cuestión ver Szulc (2015).

bien es cierto que se los educa para que sean autónomos, al mismo tiempo se los considera vulnerables, mientras a la vez se espera que sean respetuosos de sus mayores.

No se trata de una dicotomía entre autonomía y sumisión, sino de una tensa complementariedad, permanentemente negociada. En este sentido, el hecho de que los niños y niñas participen de las actividades cotidianas de subsistencia, y que los adultos esperen de ellos plena obediencia, no implica que ello sea así efectivamente, ya que también – como anticipamos – los adultos tienden a respetar sus decisiones. La edad, entonces, no supone una sumisión plena, como podemos observar en las microestrategias llevadas a cabo por ejemplo por una niña, a quien llamaré Marisa, quien me explicó: “*Lavar los platos, limpiar la casa, eso mucho no me gustaba. Cuando mi mamá me mandaba, yo enseguida agarraba el caballo y me iba al campo [se ríe]*”. (Marisa, 26 jun. 2002)

En síntesis, a los niños y niñas mapuche se les asignan diversas tareas y responsabilidades, y se manejan con un cierto grado de autonomía, sin una separación estricta entre un “mundo” de los niños y otro de los adultos. Esta conceptualización sobre la niñez contrasta claramente con la noción hegemónica occidental por la cual, siguiendo el planteo de Philippe Ariès, se mantiene a los niños y niñas en una especie de “cuarentena” (1987, [1962]), al clasificarlos como objeto de supervisión constante, improductivos y no del todo capaces de comprender sus actos. (SZULC, 2004) Es por ello que frecuentemente, se genera una suerte de fascinación entre los(as) observadores no indígenas, que tienden entonces a enfatizar la agencia social de los niños mapuche, su capacidad de iniciativa o su voluntad. (v.g. MURRAY et al., 2015) Sin embargo, tomando en cuenta la perspectiva mapuche y los aportes teóricos de la antropología, debemos dar cuenta que la complejidad de la niñez mapuche, que no se reduce sólo a la agencia de estos niños y niñas, sino que involucra también vulnerabilidad y subordinación.

Concuerdo entonces con que es necesario dejar de considerar a los niños y niñas como objeto pasivo, y registrar su capacidad de acción social. Sin embargo, reconocer la agencia social de los niños y niñas no debe implicar pasar por alto las condiciones estructurales –sociales, económicas, políticas, de género – que de diversos modos los limitan, sino en cambio atender al “anclaje social de la agencia, tanto de los niños y niñas como de los adultos(as)”. (VALENTINE, 2011, p. 354, nuestra traducción) En este sentido, acuerdo con Citlali Quecha Reyna (2015, p. 161) quien ha planteado que “es un paso muy importante reconocer la agencia infantil, pero esta posición en algunas ocasiones ha representado un sesgo en las investigaciones, al aparecer los niños como agentes autónomos”.

Por tanto, las dificultades que advierto en el concepto de agencia infantil van más allá del caso de la niñez mapuche, y se deben considerar en otros casos. Pues glorificar acríticamente la agencia infantil puede resultar en su trivialización. Por ejemplo, en mi

experiencia me he topado con trabajos que llegaban a plantear la autonomía y la agencia infantil a partir de situaciones en que niños y niñas de una ciudad europea, durante una visita escolar a un centro de ciencias, iban a comprar golosinas al inicio del recorrido, en lugar de al terminar, alterando lo pautado por sus docentes.

Como ha señalado Magistris, los estudios sobre agencia infantil – vinculados al recentramiento de los niños y niñas como actores sociales – se han fusionado en gran medida con abordajes normativos – ligados por ejemplo a la evaluación de la implementación de la Convención Internacional de los Derechos del Niño Niña y Adolescente (CDN) (2018, p. 10), “que impiden en buena medida una interpretación crítica sobre los alcances de la agencia infantil en contextos específicos”.

Esta utilización desmedida del concepto de agencia, puede atribuirse también al cambio en “el sentimiento de infancia” que se viene instalando en las representaciones y prácticas hegemónicas de los sectores sociales medios y altos, donde los niños y niñas han adquirido un lugar central, como inconmensurablemente valiosos en términos afectivos – a la vez económicamente insignificantes en términos productivos – (ZELIZER, 1985), no sólo en la vida familiar, sino también en distintos proyectos políticos y como nicho de mercado, configurando el modelo que Claudia Fonseca (1999) ha nombrado como “niño(a) absoluto(a)”.

Siguiendo a esta autora, la noción de niño(a) pasa a ser el lugar de proyección de los fantasmas adultos, nutriendo dicotomías que asignan libertad, disfrute y juego a los niños y niñas, y en cambio disciplina, responsabilidad y trabajo para los adultos y adultas. Se promueve así una nueva idealización del niño o niña, una vez más caracterizados como en tiempos premodernos como “adultos en miniatura” (ARIÈS, 1987), sólo que en vez de negativizado – como incompleto o incompetente – es ahora “locus privilegiado de derechos tradicionalmente considerados como propios de los adultos: respeto, individualidad, libertad, ciudadanía”, confundiendo “esta etapa de la vida con el paraíso”. (FONSECA, 1999, p. 10, nuestra traducción) En este sentido, en su interesante trabajo dedicado a “desenmascarar la agencia infantil”, David Lancy (2012, p. 1, nuestra traducción) ha señalado que el movimiento que viene promoviendo el concepto de agencia como pilar de la investigación, el cuidado, la educación y la intervención con niños y niñas es “etnocéntrico, clasista y hegemónico, representando el dominio de la forma burguesa contemporánea de crianza infantil”.

Por lo tanto, coincido en que los niños y niñas son sujetos sociales, pero a la vez están generalmente subordinados por los adultos y sus instituciones. Es así que considero relevante insistir en esta reformulación del concepto de agencia, que sitúe la acción social de los niños y niñas en la trama de relaciones de poder intergeneracionales, interétnicas, de clase y género que la condicionan en cada contexto socio histórico específico (SZULC,

2004), para lo cual el abordaje etnográfico resulta fructífero. Como ha planteado Lancy (2012, p. 16), no se trata ni de “alabar ni de enterrar” la agencia de los niños y niñas, sino de abordarla empíricamente en cada contexto. En palabras de Fonseca, Medaets y Bittencourt Ribeiro (2018), reflexionando a partir de situaciones precisas, observadas en contextos específicos, resulta posible poner en relieve la complejidad del entrecruzamiento de variables múltiples.

La cuestión que estamos tratando aquí se vincula sin duda con una discusión central para las ciencias sociales: la relación entre los sujetos, actores, agentes sociales y la estructura social. Si bien no es mi objetivo reseñar aquí la historia de este debate,⁶ sí me interesa analizar cómo viene emergiendo en el caso de los niños y niñas. Advierto allí que para superar las visiones cosificantes e invisibilizantes – que por mucho tiempo ni siquiera los tuvieron en cuenta en los estudios etnográficos (NUNES, 1999; HIRSCHFELD, 2002; SZULC, 2004; TASSINARI, 2007; GARCÍA PALACIOS; ENRIZ; HECHT, 2014) – en muchos casos se viene sobredimensionando su capacidad de agencia social, concibiéndolos como sujetos indeterminados.

Autores ya clásicos, como Pierre Bourdieu (1997, 1999) y Anthony Giddens (1987), han planteado desde hace décadas la necesidad de superar las formulaciones que privilegian alguno de los polos construidos en términos dicotómicos: los sujetos o la estructura. Como bien ha señalado Bourdieu (1997), los agentes sociales no son partículas sometidas a fuerzas mecánicas externas que actúan por imposición de causas, aunque tampoco son sujetos conscientes y avezados que obedecen a razones actuando con pleno conocimiento de causa. Deberíamos tener esto presente también al trabajar etnográficamente con niños y niñas, no reducirlos a meros objetos – pasivos receptores de las acciones del estado y sus instituciones – sino relevar sus experiencias y percepciones como activos realizadores del mundo social, reconociendo su agencia al igual que los límites de la misma.

¿CULTURAS INFANTILES?

Tal como anticipé, me interesa también aquí presentar una perspectiva crítica sobre el concepto de “culturas infantiles”, el cual – replicando de algún modo el interés por las “culturas juveniles” de la década de 1970 – parte del planteo de que los niños y niñas habitan un mundo con significados sociales distintivos (CAPUTO, 1995) y constituyen por lo tanto una “ontología” por derecho propio. (JENKS, 1996)

En primer término, la capacidad de producción cultural de los niños y niñas es relevante y coincide en que merece más atención que la que hasta ahora ha recibido. Para analizar

6 Para una revisión histórica de esta discusión puede consultarse Lutz, 2007.

esta cuestión recurriré a resultados de mi investigación en una de las comunidades rurales más antiguas del sur de Neuquén, donde pude relevar diferentes posiciones en torno a qué significa ser mapuche: algunas familias se presentan como mapuche y católicas a la vez, otras se han tornado evangelistas y rechazan tanto la lengua y la cultura mapuche como las tradiciones católicas (SZULC, 2011), mientras otras en cambio participan del movimiento político cultural mapuche y por lo tanto objetan no sólo las religiones católica y evangélica, sino también el nacionalismo⁷ y provincialismo escolar. Gran parte de quienes integran esta comunidad coinciden, a su vez, en que quienes han migrado o han nacido en la ciudad ya no pertenecen a la cultura mapuche.

En este escenario, trabajé etnográficamente con niños y niñas que en numerosas ocasiones dieron muestra de su capacidad de interpretar, a su propio modo, estas identificaciones, articulando sentidos de pertenencia (BROW, 1990) que los adultos(as) de su entorno tendían a presentar como excluyentes entre sí. Mencionaré como ejemplo el caso de una niña de 11 años, que en el año 2004 cursaba su escolaridad en un internado católico cuando, durante una visita a su casa durante las vacaciones, encontró que su familia extensa se había tornado evangélica, y le insistían en que debía “*elegir un camino, no podía seguir en dos iglesias*”. Basándose en sus experiencias en ambas prácticas ella propuso, en cambio, una posible síntesis entre ellas, interpretando sus diferencias como sólo una cuestión de forma, no de contenido: “*Para mí es todo lo mismo, porque en cambio acá oramos, pero allá oran también, pero no oran así la misma forma que acá hacemos. Allá veo que oran pero así parados nomás y acá todos arrodillados*”.

Otro ejemplo interesante es el caso de Valeria, que a sus 14 años expresó haberse sentido “*más mapuche que nunca*” al participar de una ceremonia de iniciación mapuche revitalizada en la extraña, y en gran medida hostil, ciudad de Neuquén, en lugar de en su “ancestral” comunidad rural.⁸ O bien Darío, de 12 años, quien – distanciándose de la definición contestataria sostenida por su familia– se autodefinió como mapuche y católico, mientras con entusiasmo estudiaba el libreto de una pequeña presentación escolar en la que personificaría a José de San Martín, considerado en Argentina el “padre de la patria”.

De esta manera, podemos advertir cómo los niños y niñas ensamblan sentidos de pertenencia que se les presentan como incompatibles, apropiándose, reformulando o refuncionalizando los mensajes identitarios dirigidos por sus familias, iglesias, escuelas y organizaciones, a través de sus acciones y perspectivas. Esto los muestra como activos

7 Un interesante análisis del nacionalismo escolar y sus efectos en las experiencias de niños y niñas migrantes en Argentina puede encontrarse en Novaro, 2012.

8 Para un análisis de la disputa político cultural sobre los estereotipos de lo rural y lo urbano en el caso mapuche ver Szulc, 2004b.

partícipes de los conflictos político-culturales en curso. Sin embargo, por un lado, debemos comprender que sus voces no conforman un unísono. Los ejemplos ofrecidos revelan cómo producen interpretaciones diversas y se involucran de diferentes modos en la producción cultural. Por otro lado, resulta importante señalar que las prácticas y representaciones de los niños y niñas frecuentemente no desafían a los(as) adultos(as). Es por este motivo que sostengo que no es posible ni deseable analizar el “punto de vista de los niños y niñas” por separado, porque no constituye un bloque homogéneo ni bien definido, ni se produce aislado de otros puntos de vista. En este sentido, comparto la preocupación planteada por Allison James (2007) en cuanto a cómo se viene extendiendo la retórica de “dar voz a los niños y niñas”, tornándose un lugar común dentro y fuera del ámbito académico, lo cual en algunos abordajes pareciera “autonomizar” esas voces a través del concepto de “culturas infantiles”.

Además, quisiera enfatizar que el concepto de “culturas infantiles” no resulta apropiado para dar cuenta de estos complejos procesos, pues la fascinación con el punto de vista infantil puede llevarnos a descontextualizar sus dichos. La razón principal es que implica un uso problemático de la noción de cultura. Tal vez sin advertirlo, muchas veces se termina replicando el aislacionismo característico de la idea clásica, en la que la cultura – atada al colonialismo – busca establecer unidades discretas e internamente coherentes, selladas y aisladas entre sí. (WRIGHT, 1998) En estos términos, en coincidencia con otras(os) investigadores(as) del Cono Sur (COHN, 2005; GARCÍA PALACIOS; HORN; CASTORINA, 2015; HECHT, 2010) vengo planteando desde hace bastante que la noción de “culturas infantiles” esencializa y exotiza a los niños y niñas (SZULC, 2004a), pudiendo dar lugar a la errada suposición de un punto de vista universal y homogéneo, desgajado de las especificidades socioculturales e históricas, mediante lo cual se aísla a los niños y niñas de los(as) adultos(as), y del mundo social que compartimos. (SZULC et al., 2012)

Algunas investigaciones se han dedicado a analizar cómo ciertos repertorios musicales, por ejemplo, circulan y se transmiten entre niños y niñas, a partir de lo cual discuten con el modelo eurooccidental hegemónico que ha tendido a considerarlos meros reproductores de la “cultura adulta”, reclamando en cambio atención y legitimidad para las “culturas infantiles”. (CAPUTO, 1995) Este tipo de trabajos resultan interesantes por dar cuenta de la capacidad de producción cultural de niños y niñas, y por haber problematizado tempranamente su invisibilización en las investigaciones. Sin embargo, advierto asimismo en este tipo de formulación una utilización del concepto de cultura en sentido restringido, “como una instancia simbólica de la producción y reproducción de la sociedad” (GARCÍA CANCLINI, 2004, p. 37), que también amerita ser problematizada, en tanto como ha planteado Claudia Briones (2008, p. 49) – en su reflexión sobre la interculturalidad – este

tipo de abordaje tiende a despojar a estas diferencias culturales de toda determinación geopolítica, y por lo tanto las torna “banales”.

Retomando entonces tanto los aportes de la tradición antropológica como de la perspectiva mapuche sobre la niñez, propongo en cambio analizar la producción cultural de niños y niñas entrelazada con la trama de instituciones y discursos sociales que condicionan el espacio social de la niñez.

A MODO DE CIERRE

Como cierre de estas reflexiones insisto en que enfocar nuestras investigaciones en la niñez no debería implicar su aislamiento conceptual ni metodológico de sus entornos socio-culturales (COHN, 2005; SZULC, 2004a), pues los niños y niñas comparten sus mundos con diferentes adultos(as), aunque no en condiciones de igualdad. El abordaje etnográfico resulta muy fructífero para relevar la agencia social infantil de manera situada, teniendo presente que los niños y niñas no son los únicos “con algo que decir” acerca de la niñez.

Como venimos planteando junto con mi equipo desde hace tiempo, el abordaje etnográfico resulta apropiado para aproximarnos a las experiencias y perspectivas de los niños y niñas, sin convertirlos en nuestro único foco de atención. Pues la labor etnográfica permite justamente contextualizar lo que los niños y niñas dicen y hacen, considerando también las acciones e interpretaciones de los demás agentes sociales e institucionales vinculados a ellos y ellas. (SZULC et al., 2012)

Con respecto a las “culturas infantiles”, como hemos ya sugerido junto con Clarice Cohn, este abordaje crítico es uno de los mayores aportes de la investigación antropológica sudamericana con niños y niñas, un abordaje que consideramos deudor de las perspectivas de los pueblos indígenas con los que trabajamos. (SZULC; COHN, 2012) En este sentido, considero que los conocimientos marginalizados tienen mucho que aportar para cuestionar los modos dominantes de pensar la niñez y la cultura. Como ha planteado Lucia Rabello de Castro (2019, p. 54, nuestra traducción),⁹ los supuestos estándares globales e ideales de infancia deberían ser más bien considerados versiones locales noroccidentales de la infancia que, “debido a la posición de enunciación privilegiada de los(as) investigadores(as) del Norte en el mercado académico globalizado de producción y difusión del conocimiento, se han universalizado y tornado tácitas”.

9 No original: “In this case, what are supposed to be global standards and ideals of childhood should rather be held as Western/Northern local versions of childhood which due to the privileged position of enunciation of Northern researchers in the globalized academic market of circulation and dissemination of knowledge have become universalized and tacit”.

Por lo tanto, resulta crucial repensar los conceptos de agencia y culturas infantiles desde el Sur global, resistiendo la tentación romántica de sobreestimar el poder social de los niños y niñas, yendo más allá del consumo acrítico de teorías sociales producidas en el Norte global. (RABELLO DE CASTRO, 2019) Necesitamos otras formas de abordar la producción cultural infantil, formas que nos ayuden a superar los puntos ciegos de esos conceptos, explicando las perspectivas y experiencias de los niños y niñas dentro de las tramas de la vida social, andamiaje conceptual al que, desde el Sur, venimos contribuyendo sustantivamente.

REFERENCIAS

- ARIÈS, P. *El niño y la vida familiar en el Antiguo Régimen*. Madrid: Taurus, 1987 [1962].
- BOURDIEU, P. *Razones prácticas. Sobre la teoría de la acción*. Barcelona: Anagrama, 1997.
- BOURDIEU, P. *La miseria del mundo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- BRIONES, C. Diversidad Cultural e interculturalidad: ¿de qué estamos hablando? In: GARCÍA VÁZQUEZ, C. (comp.). *Hegemonía e interculturalidad. Poblaciones originarias y migrantes. La interculturalidad como uno de los desafíos del siglo XXI*. Buenos Aires: Prometeo, 2008. p. 35-58.
- BROW, J. Notes in community, hegemony, and the uses of the past. *Anthropological Quarterly*, [Washington, D.C.], v. 63, p. 1-6, 1990.
- CAPUTO, V. Anthropology's silent "others": A consideration of some conceptual and methodological issues for the study of youth and children's cultures. In: AMIT-TALAI, V.; WULFF, H. *Youth Cultures. A cross cultural perspective*. Londres: Routledge, 1995. p. 19-42.
- COHN, C. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- COURSE, M. Death, Biography, and the Mapuche Person. *Ethnos*, London, v. 72, n. 1, p. 77-101, 2007.
- GARCÍA CANCLINI, N. *Diferentes, desiguales y desconectados. Mapas de la interculturalidad*. Barcelona: Gedisa, 2004.
- GARCÍA PALACIOS, M.; ENRIZ, N.; HECHT, A. C. Niños y niñas en las fuentes etnográficas sobre poblaciones indígenas (qom-mbya). *Papeles de Trabajo*, [Argentina], v. 28, p. 61-78, 2014. Disponible en: Acceso en: <https://papelesdetrabajo.unr.edu.ar/index.php/revista/article/view/68>.
- GARCÍA PALACIOS, M.; HORN, A.; CASTORINA, A. Social practices, culture and children's ideas. Convergence between anthropology and critical genetic psychology / Prácticas sociales, cultura e ideas infantiles. Una convergencia entre la antropología y la psicología genética crítica. *Estudios de Psicología/ Studies in Psychology*, [London], v. 36, n. 2, p. 211-239, 2015.
- GIDDENS, A. *Las nuevas reglas del método sociológico*. Buenos Aires: Amorrortu, 1987.

- FONSECA, C. O abandono da razão: A descolonização dos discursos sobre a infância e a família. In: SOUZA, E. A. L. de (org.). *Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. p. 255-274.
- FONSECA, C.; MEDAETS, C.; BITTENCOURT RIBEIRO, F. Prefacio. In: FONSECA, C.; MEDAETS, C.; BITTENCOURT RIBEIRO, F. (org.). *Pesquisas sobre família e infância no mundo contemporâneo*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2018.
- HECHT, A. C. *Todavía no se hallaron hablar en idioma. Procesos de socialización lingüística de los niños en el barrio toba de Derqui (Argentina)*. Munich: Academic Publications, 2010.
- HIRSCHFELD, L. A. Why Don't Anthropologists Like Children? *American Anthropologist*, New Jersey, v. 104, p. 611-627, 2002.
- JAMES, A. Giving voice to children's voices: Practices and problems, pitfalls and potentials. *American Anthropologist*, New Jersey, v. 109, n. 2, p. 261-272, 2007.
- JENKS, C. *Childhood*. Londres: Routledge, 1996.
- LANCY, D. Unmasking children's agency. *AnthropoChildren*, Liege, v. 2, p. 1-20, 2012. Disponible en: <https://popups.uliege.be/2034-8517/index.php?id=1503&file=1&pid=1253>. Acceso en: 23 nov. 2021.
- LUTZ, B. Estructura y Sujeto: Perspectivas teóricas desde las ciencias sociales. *Cinta Moebio*, [Toluca], v. 29, p. 155-166, 2007. Disponible en: <http://www.facso.uchile.cl/publicaciones/moebio/29/lutz.pdf>. Acceso en: 29 set. 2021.
- MAGISTRIS, G. La construcción del 'niño como sujeto de derechos' y la agencia infantil en cuestión. *Journal de Ciencias Sociales*, Buenos Aires, v. 11, p. 6-28, 2018. Disponible en: <https://dspace.palermo.edu/ojs/index.php/jcs/article/view/819/736>. Acceso en: 29 set. 2021.
- MURRAY, M. et al. Apprehending Volition in Early Socialization: Raising 'Little Persons' among Rural Mapuche Families. *Ethos*, New Jersey, v. 43, n. 4, p. 376-401, 2015.
- NOVARO, G. Niños inmigrantes en argentina. Nacionalismo escolar, derechos educativos y experiencias de alteridad. *Revista Mexicana de Investigaciones Educativas*, [Ciudad de México], v. 53, n. 17, p. 459-483, 2012. Disponible en: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-66662012000200007. Acceso en: 29 set. 2021.
- NUNES, A. *A sociedades das crianças A'uwe-Xavante*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1999.
- QUECHA REYNA, C. Niñas cuidadoras en contextos migratorios. El caso de las poblaciones afrodescendientes en la Costa Chica de Oaxaca. *Cuicuilco*, Ciudad de México, v. 64, p. 155-175, 2015.
- RABELLO DE CASTRO, L. Una teoría de la infancia en la contemporaneidad. In: RABELLO DE CASTRO, L. (org.). *Infancia y adolescencia en la cultura del consumo*. Buenos Aires-México: Editorial Lumen- Humanitas, 2001. p. 21-54.
- RABELLO DE CASTRO, L. Why global? Children and Childhood from a decolonial Perspective. *Childhood*, [London], v. 27, n. 1, p. 48-62, 2019.

- SZULC, A. *La antropología frente a los niños: De la omisión a las culturas infantiles*. CONGRESO ARGENTINO DE ANTROPOLOGÍA SOCIAL, 7., 2004, Villa Giardino, Córdoba, Universidad Nacional de Córdoba, 2004a. 1 CD-ROM.
- SZULC, A. Mapuche se es también en la waria (ciudad). Disputas en torno a lo rural, lo urbano y lo indígena en la Argentina. *Política y Sociedad*, [Madrid], v. 41, n. 3, p. 167-180, 2004b. Disponible en: <https://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/POSO0404330167A>. Acceso en: 29 set. 2021.
- SZULC, A. *Encrucijadas identitarias: representaciones de y sobre niños mapuche del Neuquén*. 2007. Disertación (Doctoral en Antropología) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2007.
- SZULC, A. Mi peñi Ceferino. Disputas identitarias en clave religiosa en torno a niños mapuche del Neuquén. *Revista TEFROS*, [Río Cuarto], v. 9, 2011. Disponible en: <http://www2.hum.unrc.edu.ar/ojs/index.php/tefros/article/view/237>. Acceso en: 29 set. 2021.
- SZULC, A.; COHN, C. Anthropology and Childhood in South America: Perspectives from Brazil and Argentina. *AnthropoChildren*, Liege, v. 1, 2012. Disponible en: <https://popups.uliege.be/2034-8517/index.php?id=929&file=1&pid=427>. Acceso en: 29 set. 2021.
- SZULC, A. et al. Naturalism, Agency and Ethics in Ethnographic Research With Children. Suggestions for Debate. *AnthropoChildren*, Liege, v. 2, 2012. Disponible en: <http://popups.ulg.ac.be/2034-8517/index.php?id=1504&file=1&pid=1270>. Acceso en: 23 nov. 2021.
- SZULC, A. Más allá de la agencia y las culturas infantiles: Reflexiones a partir de una investigación etnográfica con niños y niñas mapuche. *Runa: Archivo para las ciencias*, Buenos Aires, n. 40, v. 1, p. 53-64, 2019. Disponible en: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/runa/article/view/5360>. Acceso en: 29 set. 2021.
- TASSINARI, A. Concepções indígenas de infância no Brasil. *Revista Tellus*, Campo Grande, v. 13, p. 11-25, 2007.
- VALENTINE, K. Accounting for Agency. *Children & Society*, [Londres], v. 25, p. 347-358, 2011.
- VERDESSIO, G. Colonialidad, colonialismo y estudios coloniales: un enfoque comparativo de inflexión subalternista. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 29, p. 85-106, jul./dez. 2018.
- WRIGHT, S. The politization of 'culture'. *Anthropology Today*, [Londres], v. 14, n. 1, p. 7-15, 1998.
- ZELIZER, V. A. *Pricing the Priceless Child: The Changing Social Value of Children*. New York: Basic Books, 1985.

